



Prefeitura Municipal de Carvalhos

ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.
Fls. 159
Antônio

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Engenharia Civil nº 032/2020

Contrato Administrativo que entre si celebram o Município de Carvalhos e a Empresa Daniele A A Camargo - ME, nos termos do processo de licitação nº 028/2020 (CONVITE nº 001/2020).

Por este instrumento particular de contrato administrativo, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CARVALHOS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.194.217/0001-45, com sede na Avenida Esdras Thomaz Salvador, nº 295, Centro, na mesma cidade de Carvalhos, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Antônio de Pádua de Carvalho Moura, brasileiro, viúvo, aposentado, portador da Carteira de Identidade nº MG-731.955, expedida pela PC/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.302.086-72, residente e domiciliado na Rua Dr. Ulisses Fabiano Alves, nº 11, Bairro Centro, CEP 37.456-000, na cidade de Carvalhos, Estado de Minas Gerais, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **DANIELE A A CAMARGO - ME**, com sede na Av. Cornélio Alves Ribeiro, nº 275, Bairro Centro, na cidade de Cristina, Estado de Minas Gerais, CEP 37.476-000, neste ato representada pela Sra. Daniele Aparecida Andrade Camargo, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº MG-16.381.106, expedida pela PC/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 089.185.106-24, domiciliada na Rua Getúlio Vargas, nº 17-A, Bairro Centro, na cidade de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais, CEP 37.474-000, doravante denominada **CONTRATADA**, nos termos do processo licitatório em epígrafe, com base no § 3º do art. 22 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, fica justo e contratado o que neste instrumento se dispõe, que será pelas partes cumprido, conforme as cláusulas abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento de Contrato Administrativo tem como objeto a Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços contínuos de Engenharia Civil.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. A CONTRATADA executará os serviços constantes neste instrumento da seguinte forma:

- Acompanhamento e fiscalização de obras executadas por empresas contratadas.
- Emissão de Ordem de Serviço, vistorias técnicas, notificações, relatórios de execução físico-financeiro e atestados de conclusão de obras.
- Assessoria técnica em processos licitatórios, quando couber.
- Emissão de parecer técnico referente a obras particulares.
- Responsabilidade técnica e acompanhamento na execução de obras executadas pela administração pública.
- Condução de equipe e orientação técnica na execução dos serviços.
- Confecções de solicitações de compras, vistorias técnicas, relatórios de execução físico-financeiro e atestados de conclusão de obras.

D.A.A.C



Prefeitura Municipal de Carvalhos

ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.
Fls. 160

- Montagem de documentação técnica de engenharia para prestação de contas de convênios.
- Despachar em processos administrativos e emitir parecer referente a obras.
- Elaboração de projetos para execução pela Administração direta ou indireta, como: projeto arquitetônico, projeto estrutural, projeto hidrossanitário, planilha orçamentária, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e plano de trabalho.
- A prestação dos serviços se dará por meio de um expediente mínimo de uma visita semanal com 07 (sete) horas de duração, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, com disponibilidade de atendimento via fax e e-mail no horário de expediente e ainda visitas adicionais desde que previamente agendadas e mediante capacidade técnica do Contratado.

2.2. São também obrigações da contratada:

- a) Manter regular sua situação cadastral e tributária perante o município;
- b) Garantir a qualidade dos serviços, observando as especificações exigidas pela licitação que originou o presente contrato.

2.3. São obrigações do contratante:

- a) Publicar o extrato do contrato;
- b) Efetuar o pagamento na forma estipulada neste instrumento;
- c) Arcar com despesas de viagens, estada e alimentação em casos de viagens da CONTRATADA fora da sede municipal para resolução de problemas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO

3.1. O valor da prestação dos serviços constantes da Cláusula Primeira deste instrumento é de R\$3.800,00 (três mil e oitocentos reais) mensais.

3.2 O valor total da prestação dos serviços objeto deste instrumento é de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais).

3.3 Estão incluídos nos valores acima estipulados, todas as despesas referentes à prestação dos serviços contratados, tais como deslocamentos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, dentre outros.

3.4 O pagamento será efetuado todo dia 30 do mês vencido e pago até o 5º dia útil do mês subsequente, na Tesouraria da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do presente instrumento será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado mediante celebração de Termos Aditivos, tudo na formalidade da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

4.2. Decorrido o prazo de vigência deste instrumento, o preço mensal do serviço será corrigido monetariamente pelo IGPM ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes deste contrato administrativo correrão por conta das dotações do orçamento vigente do Município de Carvalhos para o exercício de 2020:

3.3.90.39.00.2.04.00.15.122.002.2.0043 - Desenvolvimento dos Serviços de Obras e Urbanismo

D.A.A.C.



Prefeitura Municipal de Carvalhos

ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.

Fls. 161

CLÁUSULA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

6.1. Nos casos omissos e não previsto neste Contrato Administrativo, serão aplicados às normas e regulamentação vigentes, que também prevalecerão quando conflitar com as Cláusulas estipuladas neste instrumento.

6.2. A CONTRATADA se obriga em prestar os serviços com didática transparente e objetiva, sempre assessorando aos diversos departamentos do MUNICÍPIO, com objetivo de dirigir e coordenar os trabalhos dentro das formalidades legais.

6.3. A contratada não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento do contratante, sob pena de rescisão deste instrumento, sendo a contratada a única responsável pelo objeto contratado, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução dele venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar ao contratante e/ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO E DO VALOR

7.1. O contrato poderá ser alterado, caso se torne necessário tecnicamente, e havendo repercussão no preço e no prazo, mediante a formalização de termo aditivo a este instrumento, reservando-se à contratante o direito de aumentar ou diminuir o quantitativo dos serviços em até 25% (vinte e cinco por cento), conforme art. 65, I, alínea "a" da Lei 8.666/93.

7.2. Decorrido o prazo de vigência deste instrumento, o preço mensal do serviço será corrigido monetariamente pelo IGPM ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

8.1. Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, o contratante poderá aplicar ao contratado as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis, especialmente as seguintes:

I - a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

II - advertência;

III - aplicação de multa punitiva, garantida a prévia defesa, em valor correspondente ao percentual de 1% a 10% (um a dez por cento) do valor contratado, em caso de descumprimento total ou parcial do contrato.

8.2. O recolhimento de qualquer multa contratual ao contratante deverá ser efetivado através de guia própria, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que for formalmente aplicada a multa, ou poderá ser descontada de eventuais pagamentos a serem realizados pelo contratante em razão da própria aquisição de bens, a critério deste.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. A rescisão deste contrato administrativo, reconhecidos os direitos do contratante, conforme art. 77 da Lei 8.666/93, poderá ser efetivada, caso ocorra algum

D.A.A.C.



Prefeitura Municipal de Carvalhos

ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.

Fis. 162

dos motivos mencionados no art. 78 da mesma lei, regendo-se pelo art. 79 da legislação acima referida, bem como o descumprimento, devidamente comprovado, total e/ou parcial, de qualquer das obrigações estabelecidas neste instrumento e em outras normas que regem a Administração Pública.

9.2. Além das hipóteses previstas no referido art. 78, constituem causas para rescisão contratual:

a) Alegações reiteradas de indisponibilidade de horários para prestação dos serviços;

b) Inobservância reiterada das especificações previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Aiuruoca-MG para dirimir as questões decorrentes deste instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, ajustados e contratados na melhor forma de direito, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente contrato administrativo, em duas vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Carvalhos, 06 de março de 2020.



CONTRATANTE

Município de Carvalhos

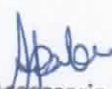
Antônio de Pádua de Carvalho Moura - Prefeito



CONTRATADA

Daniele A A Camargo - ME

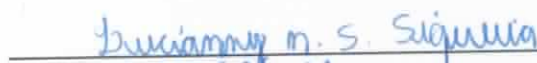
Daniele Aparecida Andrade Camargo


Visto Assessoria Jurídica
Adriano José Senador
OAB/MG 54.948

Testemunhas:



CPF: 028.061.626-02



CPF: 067.819.636-27